A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIA



COLETÂNEA

A Confederação Geral do Trabalho – Sindicalista Revolucionária

Organização
Ellen Rocha e Lúcio Alves

CGT-SR
Carta de Lyon (1926)

PIERRE BESNARD
O anarcossindicalismo e o anarquismo (1937)
com prefácio de Alexander Schapiro

RENÉ BERTHIER
Sobre o Congresso Anarquista Internacional de 1937 (2026)

EDITORA ACRATA
Arquivo Lucy Parsons

Fortaleza · 2026

A Confederação Geral do Trabalho – Sindicalista Revolucionária
Organização: Ellen Rocha e Lúcio Alves · Prefácio: Lúcio Alves
1ª edição digital · Fortaleza (CE), novembro de 2026

Textos

CGT-SR. *Carta de Lyon* (1926).	Trad. Antony Devalle
J.C. Apresentação da Carta de Lyon, *Le Monde libertaire* (1959).	Trad. Antony Devalle
CNT francesa. Nota sobre a Carta de Lyon, *Textes fondateurs de la CNT*.	Trad. Antony Devalle
Alexander Schapiro. Prefácio ao relatório de Besnard (1937).	Trad. Coletivo de Tradução do Instituto de Estudos Libertários
Pierre Besnard. *O anarcossindicalismo e o anarquismo* (1937).	Trad. Coletivo de Tradução do Instituto de Estudos Libertários
René Berthier. *Sobre o Congresso Anarquista Internacional de 1937* (2026).	Original em português

Capa: composição a partir de cartaz do XIV Congresso Confederal da CGT, setembro de 1919

Edição: Editora Acrata e Arquivo Lucy Parsons · **Revisão**: Lúcio Alves · **Projeto gráfico e diagramação**: Lúcio Alves

Licença: Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0). É permitido copiar, distribuir e adaptar esta obra, inclusive para fins comerciais, desde que se atribua o crédito e que as obras derivadas sejam distribuídas sob a mesma licença. As imagens seguem as condições indicadas em suas legendas.

ISBN 978-65-02-48223-0 (PDF)

Editora Acrata · editoraacrata.base44.app · editora.acrata@gmail.com
Arquivo Lucy Parsons · arquivolucyparsons.org · contato@arquivolucyparsons.org

SUMÁRIO

Prefácio 5

I. A Carta de Lyon 7
CGT-SR (1926)
Nota editorial 8
Apresentação, por J.C. (1959) 11
Carta de Lyon 15

II. O anarcossindicalismo e o anarquismo 23
Pierre Besnard (1937)
Prefácio, por A. Schapiro 24
O anarcossindicalismo e o anarquismo 29

III. Sobre o Congresso Anarquista Internacional de 1937 43
René Berthier (2026)

Apêndice 65
Siglas 66
Origem dos textos 68

PREFÁCIO

Nos dias 1º e 2 de novembro de 1926, um punhado de sindicatos reunidos em Lyon fundou a Confederação Geral do Trabalho – Sindicalista Revolucionária. Eram, como escreveria J.C. décadas depois, "minoritários dentro da minoria": militantes que haviam rompido com a CGT reformista e, em seguida, com a CGT Unitária, que os comunistas tinham posto a serviço do partido. Esta coletânea marca o centenário daquele congresso.

A CGT-SR sempre foi pequena. Sua importância está na pergunta que tentou responder no entreguerras e que continua aberta: o que deve fazer o sindicalismo revolucionário quando os partidos disputam a direção do movimento operário e o Estado se oferece como solução para tudo? A resposta da Carta de Lyon é que o sindicato, além de instrumento de resistência, já contém a organização da produção, da troca e da distribuição de uma sociedade sem patrões e sem Estado. A Carta retoma a de Amiens e vai além dela: abandona a neutralidade e se declara contra todos os partidos e contra qualquer ditadura exercida em nome do proletariado.

Os três textos reunidos aqui acompanham esse percurso. A Carta de Lyon, traduzida na íntegra por Antony Devalle, vem precedida da apresentação que J.C. publicou em *Le Monde libertaire* em 1959, quando o documento já parecia esquecido. O relatório de Pierre Besnard ao Congresso Anarquista Internacional de 1937, com prefácio de Alexander Schapiro, foi escrito em plena Revolução Espanhola por quem era então secretário-geral da AIT. Ele procura definir a relação entre os grupos anarquistas e os sindicatos: aos primeiros, a propaganda e a educação; aos se-

gundos, a decisão e a ação; a ambos, independência e igualdade. O comentário de René Berthier, escrito em português, situa esse relatório na crise que opôs Besnard à CNT e mostra, com relatórios policiais, jornais e atas de congresso, que a história do anarquismo e do sindicalismo revolucionário foi feita de atração e de desconfiança.

Berthier lembra que o mesmo debate atravessou o movimento operário brasileiro. Em 1913, *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, chamava os anarquistas a organizar as sociedades de resistência para não ficarem "isolados e impotentes". Publicamos estes textos porque tratam de problemas que continuam sendo nossos: a independência das organizações de trabalhadores diante dos partidos e do Estado, o lugar dos militantes libertários nos sindicatos e a capacidade dos próprios trabalhadores de gerir a produção e a vida social.

Agradeço a Antony Devalle, pela tradução da Carta e da apresentação de J.C.; ao Coletivo de Tradução do Instituto de Estudos Libertários, pela tradução do relatório de Besnard; a René Berthier, que autorizou a publicação de seu texto; a Ellen Rocha, com quem organizei este volume; e à Editora Acrata, que o publica junto com o Arquivo Lucy Parsons.

Lúcio Alves
Novembro de 2026

I

CGT-SR

A CARTA DE LYON

1926

NOTA EDITORIAL

A Carta de Lyon é o desdobramento histórico da Carta de Amiens (1906). Foi adotada durante o congresso de fundação da CGT Sindicalista Revolucionária, ancestral da CNT francesa. O documento reafirma a independência sindical e a gestão exclusiva do sindicato pelos próprios produtores, em oposição a qualquer elite partidária ou parlamentar. Essa Carta já havia sido proposta no congresso constituinte da CGT-U e teria sido redigida por Griffuelhes. Posteriormente o texto de 1926 será retomado e enriquecido por ocasião da fundação da CNT francesa, em 1946.

Textes fondateurs de la CNT, CNT francesa
Tradução de Antony Devalle



Fig. 1 Placa na rua Rigollot, em Amiens: "Aqui o XV Congresso Nacional Corporativo (IX da CGT) adotou, em 13 de outubro de 1906, a Carta de Amiens, proclamando a independência dos sindicatos em relação aos partidos e às seitas." A Carta de Lyon se apresenta como desdobramento dessa resolução.
Disponível em amiens.fr ("La charte d'Amiens a 120 ans").

Em dezembro de 1959, *Le Monde libertaire*, jornal da Federação Anarquista, publicou excertos da Carta precedidos da apresentação assinada J.C. que reproduzimos a seguir. A Carta é aqui traduzida na íntegra, a partir do texto reunido pela CNT francesa na brochura *Textes fondateurs de la CNT* e divulgado também pela CNT-SO.

Arquivo Lucy Parsons

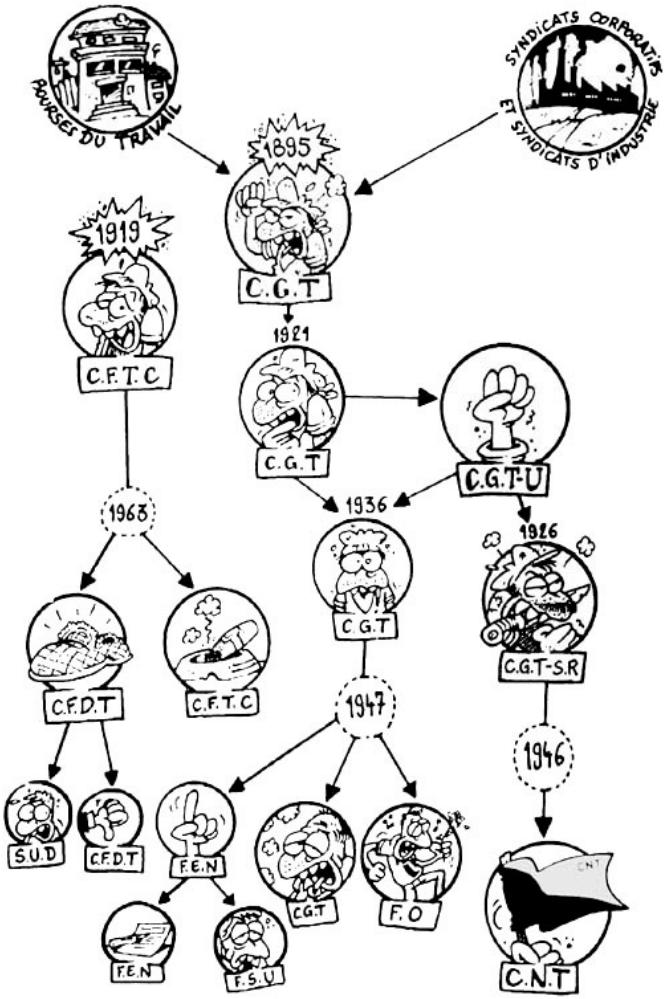


Fig. 2 Genealogia das confederações sindicais francesas: da CGT de 1895 às cisões de 1921 (CGT-U) e de 1926 (CGT-SR), até a CNT francesa, fundada em 1946 como herdeira da CGT-SR.

Esquema publicado em *Textes fondateurs de la CNT* (CNT francesa).

APRESENTAÇÃO, POR J.C. (1959)

Le Monde libertaire, nº 55, dezembro de 1959
Federação Anarquista

Muitas obras trataram do movimento operário, da sua evolução, das suas doutrinas.

Involuntariamente sem dúvida, porque insuficientemente conhecido ou vivido, só raramente é lembrado um dos aspectos da doutrina revolucionária do movimento sindical que criou uma organização: a Confederação Geral do Trabalho Sindicalista Revolucionária (CGT-SR).

Não tenho a intenção de abrir novos debates sobre esse período tumultuoso do movimento sindical em que se afrontavam as concepções e as doutrinas, com paixão sem dúvida, mas com honestidade, mas quero simplesmente reparar um esquecimento por respeito à história.

A Carta de Lyon tem uma origem bem anterior ao Congresso constitutivo que foi realizado em Lyon em 1926. Ela remonta ao começo de 1921, pouco depois do processo do grande complô contra a segurança do Estado.



Fig. 3 Incêndio de um bonde da linha de Saint-Germain por grevistas dos transportes, com intervenção de tropas a cavalo, junho de 1919. A onda de greves do pós-guerra e sua repressão são o pano de fundo do processo do "grande complô", lembrado por J.C.

Reproduzida de George Andreytchine, "Revolutionary Syndicalism in France Still Alive", *One Big Union Monthly*, v. 2, n. 1, jan. 1920 (revolutionsnewsstand.com).

A ideia dessa Carta nasceu da necessidade de defender a independência do sindicalismo contra as investidas do Partido Comunista.

A ideia original veio de Victor Griffuelhes, um dos autores da Carta de Amiens e antigo secretário da Confederação Geral do Trabalho (CGT). O projeto dessa nova Carta visava erguer uma barreira contra a invasão dos sindicatos pelo partido comunista. Esse documento permaneceu muito tempo secreto, sendo apenas um pacto do Comitê Central dos Comitês Sindicalistas Revolucionários (CSRs), do qual [Pierre] Monatte e [Gaston] Monmousseau foram excluídos por pertencerem a esse partido.

Era assim que se organizava a minoria da CGT, de tal maneira que representava uma força efetiva, se tornando até majoritária no Congresso confederativo de Lille. Em várias ocasiões, os comunistas tiveram que recuar de suas posições durante o congres-

so minoritário que se desenrolava ao mesmo tempo que o congresso da CGT.



Fig. 4 XVI Congresso da CGT no Palácio Rameau, em Lille, julho de 1921, o congresso confederal lembrado por J.C.
Disponível em herodote.net.

Por motivos táticos, o projeto da Carta de Lyon não foi apresentado no congresso pela minoria.

O congresso de 1921 decidiu apenas que a CGT "continuava sobre a base dos seus princípios e estatutos" e não gerou uma organização confederativa definitiva, mas um organismo provisório: a Confederação Geral do Trabalho Unitária (CGT-U).

Foi apenas em 1922, em Saint-Étienne, durante o congresso constitutivo da CGT-U, que o projeto de Carta de Lyon foi retomado.

Essa Carta foi defendida pelo Sindicato dos Ferroviários de Paris-Est Rive Gauche, em oposição a uma resolução da tendência *Vie Ouvrière* apresentada por Monmousseau, "ferroviários Paris-

Est Rive Droite". Os comunistas triunfaram: a moção Monmousseau venceu e, com isso, ele ganhou a direção da CGT-U.

A Carta de Lyon se tornou então a do Comitê de Defesa Sindicalista (CDS). Novamente ajustada, essa resolução minoritária de Saint-Étienne se tornou a da União Federativa dos Sindicatos Autônomos da França.

Foi assim que pela evolução normal das coisas, um grupo de minoritários dentro da minoria se reuniu num congresso em Lyon, nos dias 1° e 2 de novembro de 1926, e criou a CGT-SR.

O primeiro documento, que se tornaria o da CGT-SR foi, portanto, recolocado na mesa durante o congresso constitutivo, a fim de expressar de forma mais fiel possível a doutrina e os princípios do sindicalismo revolucionário, indiscutivelmente ela representou um parentesco com a carta de Amiens.

Não é possível reproduzir nestas colunas a integralidade desse texto, pois é muito longo, trata-se de extrair dele os trechos principais, sem alterar nem sua forma, nem sua redação, nem seu espírito. Isso por respeito à história e aos militantes que animaram esse período histórico.

A modesta apresentação desse documento tem como objetivo simplesmente reparar um esquecimento que prejudica a história operária quando se reivindica a objetividade mais absoluta.

J.C.

CARTA DE LYON

Adotada pelo congresso constitutivo da Confederação Geral do Trabalho – Sindicalista Revolucionária
Lyon, 1° e 2 de novembro de 1926


NOUVELLE SERIE. — N° 105 HEBDOMADAIRE. — LE NUMÉRO : 50 CENTIMES VENDREDI 17 MAI 1935

LE COMBAT SYNDICALISTE

ORGANE OFFICIEL DE LA CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL SYNDICALISTE REVOLUTIONNAIRE

Toute l'Economie aux Syndicats !...

Toute l'Administration sociale aux Communes !...

ABONNEMENTS

TRESORERIE CONFÉDÉRALE

REDACTION ET ADMINISTRATION

CORRESPONDANCE CONFÉDÉRALE

FRANCE :

ETRANGER :

Fig. 5 Cabeçalho de *Le Combat syndicaliste*, "órgão oficial da Confederação Geral do Trabalho Sindicalista Revolucionária", n° 105, 17 de maio de 1935. À direita, as palavras de ordem: "Toda a economia aos sindicatos! Toda a administração social às comunas!"
Wikimedia Commons.

Diante da instabilidade política e financeira do Estado francês, que poderia a qualquer momento provocar uma crise do regime e, consequentemente, colocar a questão de uma nova ordem social por meios revolucionários, o Congresso, ao mesmo tempo em que se recusa a dar ao capitalismo os meios de se reequilibrar, declara que o sindicalismo deve tirar dessa situação catastrófica o máximo de resultados para a emancipação dos trabalhadores.

Em consequência, ele afirma que os esforços do proletariado devem ir no sentido de, não apenas derrubar o regime atual, mas

também de tornar impossível a tomada de poder e seu exercício por todos os partidos políticos que disputam asperamente a sua posse. Assim sendo o sindicalismo deve saber aproveitar todas as tentativas feitas pelos entes partidários de tomar o poder e desempenhar seu próprio papel decisivo, que consiste em destruir esse poder e substituí-lo por uma ordem social baseada na organização da produção, troca e distribuição, cujo funcionamento será garantido pela interação da estrutura sindical em todos os níveis.

Ao proclamar o sentido profundamente econômico da próxima revolução, o Congresso busca precisar essencialmente que ela deve ter um caráter de radical transformação social que se tornou indispensável e reconhecida como inevitável tanto pelo capitalismo como pelo proletariado. Esse caráter só lhe pode ser dado no plano de classe dos trabalhadores pelo proletariado organizado em sindicatos, fora de qualquer outra direção externa, que só pode lhe ser nefasta.

Só então as convulsões revolucionárias dos povos, até aqui usadas e dirigidas por partidos políticos, trarão finalmente uma mudança significativa na ordem econômica e social, conforme o desenvolvimento das sociedades modernas exige.

O congresso observa a profunda novidade dos eventos que estão sendo preparados e tornam inúteis e impossíveis transformações políticas parciais. Ele também registra que o fascismo, a nova doutrina do governo dos poderes monetários, que comandam todo o sistema capitalista, coloca o problema social sob o mesmo ângulo econômico e pretende usar o sindicalismo adaptando-o às suas visões particulares para alcançar seus desígnios.

Diante do exposto, o Congresso declara que os acontecimentos futuros, que ocorrerão na ordem econômica, estabelecerão as novas condições de vida dos povos e fixarão, com força crescente e inesperada, as verdadeiras características da vida social. Essa via será obra das forças produtivas e criativas associando harmonio-

samente os esforços, dos técnicos e dos cientistas, voltados constantemente para o progresso.

Assim, as características da transformação necessária são logicamente definidas. Adotando os termos desta parte da resolução de Amiens, que declara que "o sindicato, hoje um grupo de resistência, será no futuro o agrupamento da produção e distribuição, a base da reorganização social", o congresso afirma que o sindicalismo, expressão natural e concreta do movimento dos produtores, contém no estado latente e orgânico todas as atividades de execução e de direção capazes de assegurar a vida nova.

Cabe a ele, portanto, desde agora, reunir num único plano de organização todas as forças da mão de obra, da técnica e da ciência, que agem hoje separadamente, em ordem dispersa, na indústria e no campo. Reunindo, assim que possível, num mesmo organismo, todas as forças que concorrem para assegurar a vida social, o sindicalismo está em condições, desde o começo da revolução, de tomar em suas mãos, por todos os seus órgãos, a direção da produção e a administração da vida social.

Compreendendo toda a grandeza e toda a dificuldade desse dever, o congresso deseja afirmar que o sindicalismo deve, a partir de agora, reestruturar sua organização, aperfeiçoar seus órgãos, adaptá-los a necessidades, como, aliás, o faz o próprio capitalismo, e se preparar para agir, de imediato, como administrador e gestor esclarecido de produção, distribuição e troca.

Ele não desconhece a extrema complexidade dos problemas que estarão todos colocados pelo desaparecimento do capitalismo. Ele tampouco hesita em declarar que o movimento dos trabalhadores, que ainda não reúne todas as forças necessárias à vida social de amanhã, deve provar sua inteligência e sua flexibilidade chamando a si todos os indivíduos e todas as atividades que, por suas funções, seu saber, seus conhecimentos, têm seu lugar natural em seu seio e serão indispensáveis para assegurar a vida nova em todos os níveis de produção.

Não ignorando as profundas mudanças que ocorreram no campo da ciência e tecnologia, seja na indústria ou na agricultura, o Congresso, preocupado com as transformações necessárias, não hesita em convocar cientistas e técnicos.

Da mesma forma, dirige-se aos camponeses, para garantir conjuntamente com seus irmãos trabalhadores a vida e a defesa da revolução, que não podem ser realizadas sem sua assistência esclarecida, constante e completa. O congresso acredita que, dessa forma, a união dos trabalhadores do pensamento e manuais, da indústria e do campo, será selada por um esforço concordante, harmonioso e frutífero, que os reunirá todos para a mesma tarefa da libertação humana.

Tendo como única ambição serem os pioneiros empenhados em uma transformação social cujos agentes de execução e de direção operarão no plano do sindicalismo, os sindicalistas desejam que o seu movimento, reflexo vivo das aspirações e das necessidades materiais e morais dos indivíduos, se torne a verdadeira síntese de um mecanismo social já em vias de constituição, onde todos encontrarão as condições orgânicas, idealistas e humanas da próxima revolução, desejada por todos os trabalhadores.

O amanhã deve pertencer aos produtores, agrupados ou associados, em virtude de suas funções econômicas. A organização política e social surgirá de seu seio. Ela trará em si mesma todos os fatores de realização, organização, coordenação, coesão, impulso e ação.

Desse modo se erguerá face ao cidadão, entidade fugidia, instável e artificial, o trabalhador, realidade viva, suporte lógico e motor natural das sociedades humanas.

O sindicalismo no quadro nacional

a) Sua ação geral

A CGT-SR afirma, desde a sua constituição, que entende ser exclusivamente um agrupamento de classe: os trabalhadores. Verdadeiro organismo de defesa e de luta de classes, ela é, fora de todos os partidos e em oposição a eles, a força ativa que deve permitir a todos os trabalhadores defender seus interesses imediatos e futuros, materiais e morais. Inspirado pela situação atual, declara que deseja preparar, sem demora, os quadros completos da vida social e econômica do futuro, cujas possíveis características e funcionamento geral deseja examinar imediatamente.

O congresso pretende substituir o capitalismo — consequência e resultado de vidas passadas, adaptado e moldado pelas forças dominantes fora de qualquer doutrina ou teoria, que entra no último ciclo de sua evolução histórica — pelo sindicalismo, expressão natural da vida social dos indivíduos em busca do comunismo livre.

Rejeitando o princípio da partilha dos privilégios caros aos defensores do interesse geral e da superposição de classes — que também é o dos nossos adversários —, o sindicalismo deve perseguir sua missão que é destruir os privilégios, e estabelecer a igualdade social. Ele só atingirá esse objetivo fazendo desaparecer o patronato, abolindo o salariado individual ou coletivo e suprimindo o Estado.

Ele preconiza a esse respeito, a greve geral, a expropriação capitalista e a tomada dos meios de produção e de troca, assim como a destruição imediata de todo poder estatal.

b) Seus meios de ação

Precisando sua concepção da greve geral, o congresso faz questão de declarar firmemente que esse meio de ação conserva, a seus olhos, todo o seu valor, em todas as circunstâncias, seja na

categoria profissional, localmente, regionalmente, nacionalmente ou internacionalmente. Seja para fazer triunfar as reivindicações particulares ou gerais, federais ou nacionais, na ofensiva ou na defensiva, a greve, parcial ou geral, se mantém como a única e verdadeira arma do proletariado.



Fig. 6 Greve geral pelas oito horas: no 1º de maio de 1906, por iniciativa da CGT, a manifestação transforma Paris, pela primeira vez, num campo entrincheirado. Disponível em lepoint.fr.

No que diz respeito à greve geral expropriadora, primeiro ato revolucionário que será marcado pela cessação imediata, coordenada e simultânea do trabalho no regime capitalista, o congresso afirma que ela só pode ser violenta.

Ela tem como objetivos:

- privar o capitalismo e o Estado de toda possibilidade de ação, tomando os meios de produção e de troca, e de tirar do poder seus ocupantes do momento;
- defender as conquistas proletárias que devem permitir assegurar a existência da nova ordem;
- recolocar em marcha o aparelho da produção e das trocas, após ter reduzido ao mínimo — para a tomada de posse — o tempo de parada de produção e das trocas rurais e urbanas;
- substituir o poder estatal destruído por uma organização federalista e racional da produção, da troca e da repartição.

Confiando no valor desse meio de luta, o congresso declara que o proletariado saberá, não apenas tomar as forças de produção, destruir o poder estatal existente, mas também será capaz de utilizar essas forças no interesse da coletividade libertada e de defendê-las contra toda tentativa contrarrevolucionária, com armas na mão, e de dar à organização social a forma que exigirá o estágio de evolução atingido pelos indivíduos vivendo nessa época.

Ele declara que o limite das conquistas revolucionárias só pode ser marcado pelas faculdades de compreensão dos trabalhadores e pelas possibilidades de realizações de seus organismos econômicos, cujo esforço deverá ser levado ao máximo.

Por isso, o congresso indica que a estabilização momentânea da revolução deve ser feita fora de todo sistema preconcebido, de todo dogma, como de toda teoria abstrata, que estariam praticamente em contradição com os fatos da vida econômica e social expressando a nova ordem.

Proclamando seu vínculo indefectível com a luta revolucionária, o congresso faz questão, para precisar bem seu pensamento, de declarar que considera a revolução como um fato social deter-

minado pela contradição permanente dos interesses das classes em luta, que vem de repente marcar brutalmente seu antagonismo, rompendo o curso normal de sua evolução que ele tende a precipitar.

Consequentemente, ele declara que o sindicalismo — como todos os outros movimentos — tem o direito de utilizá-la, segundo seus desígnios, para atingir o máximo dos objetivos que se fixou, sem confundir sua ação com a dos partidos que pretendem, eles também, transformar a ordem política e social, e preconizam para isso a ditadura do proletariado e a constituição de um Estado que se apresenta como provisório.

Fora dessa ação essencial, o congresso declara que, por sua ação reivindicatória cotidiana, o sindicalismo busca a coordenação dos esforços operários, o aumento do bem-estar dos trabalhadores pela realização de melhorias imediatas, tais como: a diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários etc.

Ele prepara a cada dia a emancipação dos trabalhadores que só será realizada pela expropriação do capitalismo.

Lyon, 1º e 2 de novembro de 1926

II

PIERRE BESNARD

O ANARCOSSINDICALISMO E O ANARQUISMO

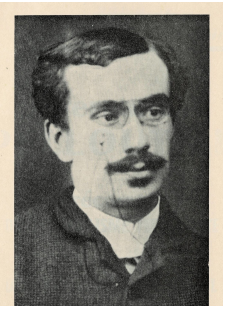
1937

PREFÁCIO, POR A. SCHAPIRO

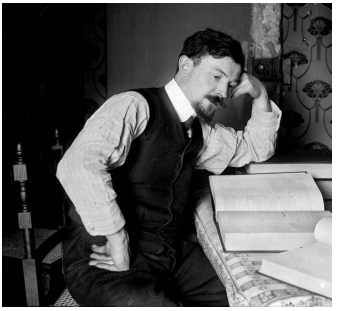
Quando, há cerca de meio século, os anarquistas russos foram os primeiros a erguer a bandeira do anarcossindicalismo, essa expressão foi recebida com certa frieza pelo movimento anarquista. E em 1917, logo após a queda do czarismo, que também marcou a véspera da Revolução de Outubro, os anarcocomunistas mostraram-se excessivamente reservados, até mesmo hostis, em relação a essa nova formação anarquista.

O anarcossindicalismo não é uma doutrina. É a conjunção de uma doutrina determinada e de uma tática sindical igualmente determinada.

O sindicalismo revolucionário, tal como o conhecíamos na França antes da guerra, foi criado, por assim dizer, e desenvolvido por militantes anarquistas, por Pelloutier, por Griffuelhes, por Pouget. Mas, desde o seu surgimento, seus criadores e divulgadores, seus militantes, quiseram cercar esse movimento por uma muralha de neutralismo absoluto em relação a qualquer ideologia política ou filosófica. Lembremo-nos dos termos da Carta de Amiens…



Fernand Pelloutier, 1899



Victor Griffuelhes



Émile Pouget, 1892

Fig. 7 Pelloutier, Griffuelhes e Pouget, militantes anarquistas que, segundo Schapiro, criaram e desenvolveram o sindicalismo revolucionário francês. A foto de Pouget é uma ficha de identificação judiciária feita por Alphonse Bertillon.

Pelloutier: Maurice Foulon, *Le livre du Centenaire: Fernand Pelloutier*, Paris, La Ruche Ouvrière, 1967, via Wikimedia Commons. Griffuelhes: disponível em lepoint.fr. Pouget: Metropolitan Museum of Art, acesso aberto, via Wikimedia Commons.

Mas a luta de classes só pode ter um valor positivo se for construtiva em suas aspirações. Era necessário, portanto, dotar essa luta de um programa mínimo de reivindicações parciais do presente.

O anarcossindicalismo nasceu precisamente dessa necessidade — que os anarquistas acabaram por compreender — de acrescentar ao programa do cotidiano um programa social que englobasse toda a vida econômica e social de um povo.

A Grande Guerra varreu a Carta do neutralismo sindical. E a cisão no seio da Primeira Internacional entre Marx e Bakunin teve seu eco — quase meio século depois — na cisão historicamente inevitável no seio do movimento operário internacional do pós-guerra.

Contra a política de subordinação do movimento operário às exigências de partidos políticos denominados “operários”, um novo movimento, baseado na ação direta das massas, fora e contra todos os partidos políticos, surgiu das cinzas ainda fumegantes da guerra de 1914-1918. O anarcossindicalismo concretizava a

única conjunção de forças e elementos capaz de garantir à classe operária e camponesa sua completa independência e seu direito inelutável à iniciativa revolucionária em todas as manifestações de uma luta sem piedade contra o capitalismo e o Estado, e de uma reconstrução, sobre as ruínas dos regimes derrubados, de uma vida social libertária.



Fig. 8 Saindo da gráfica da CGT, 1906. Pierre Monatte é o terceiro a partir da esquerda.

Reproduzida de George Andreytchine, "Revolutionary Syndicalism in France Still Alive", *One Big Union Monthly*, v. 2, n. 1, jan. 1920 (revolutionsnewsstand.com).

O anarcossindicalismo complementa, então, o anarcocomunismo. Este último sofria de uma lacuna considerável que paralisava toda a sua propaganda: seu distanciamento das massas operárias. Para fazer penetrar nelas os princípios libertários e para lhes dar possibilidades de realização concreta, foi necessário organizar sindicatos e alicerçar neles o sindicalismo sobre bases libertárias e antiestatais.

Foi isso que o anarcossindicalismo fez, e é isso que continua a fazer.

Uma vez que o anarcossindicalismo existe como força organizadora da revolução social com base no comunismo libertário, os anarcocomunistas devem ser, para a organização da revolução, anarcossindicalistas, e todo anarquista sindicalizável deve ser membro da Confederação do Trabalho anarcossindicalista.

Organizados, fora dos sindicatos, em suas federações ideológicas (ou "específicas", se nos atermos à terminologia de nossos camaradas espanhóis), os anarquistas continuam sendo o fermento sempre em alerta que permite ao anarcossindicalismo que se construa, mas sem permitir que ele firme compromissos temerários.

Mas não se deve permitir que a orientação ideológica — que pressupõe que os "realizadores" estejam imbuídos do ideal dos "propagandistas" — se transforme em orientação efetiva. Até agora, e sobretudo após a guerra, os movimentos sindicais, tanto em nível nacional quanto internacional, sempre se encontraram a reboque de algum partido "operário" ou de uma Internacional "operária". Não se deve permitir que o anarcossindicalismo, que hoje representa o movimento sindicalista revolucionário de ação direta e de reconstrução libertária, acabe, ao imitar o restante do movimento operário, ficando também a reboque de alguma organização "específica" — seja nacional ou internacionalmente. O erro seria tão irrevogavelmente fatal quanto foi para o movimento sindical de tendência reformista ou ditatorial.

A Federação Anarquista deve apoiar a Confederação Anarcossindicalista em sua obra de luta de classes e de reconstrução revolucionária, sem que para tal protagonize iniciativas ou assuma a direção.

Uma Internacional Anarquista, no âmbito internacional, não pode deixar de ser o espelho das Federações Anarquistas nacionais. Ela será o baluarte da A.I.T., mas não deverá tornar-se seu comandante em chefe.

Esses são os problemas que o anarcossindicalismo coloca diante do movimento anarquista e que Pierre Besnard aborda em seu Relatório. Sua solução lógica dependerá apenas da compreensão correta do passado, do presente e do futuro do movimento anarquista, de seus erros de ontem e dos riscos que comporta o amanhã.

30 de maio de 1937
A. Schapiro

O ANARCOSSINDICALISMO E O ANARQUISMO

Tática e intervenção sindical
Relatório de Pierre Besnard, secretário da A.I.T.,
ao Congresso Anarquista Internacional de 1937 [1]



Fig. 9 Pierre Besnard (1886–1947), secretário da CGT-SR e secretário-geral da AIT.
Disponível em maitron.fr.

Antes de abordar a questão submetida à análise do Congresso, parece indispensável dar algumas explicações prévias.

Constatemos, sem mais delongas, que se trata, na realidade, de definir da forma mais exata possível as relações entre o movi-

1. Disponível no original em francês: fr.anarchistlibraries.net/library/besnard-pierre-l-anarcho-syndicalisme-et-l-anarchisme.

mento Anarquista Revolucionário e as Forças Anarcossindicalistas ou, mais claramente ainda, entre a *Internacional Anarquista*, que o Congresso irá fundar, e a *Associação Internacional dos Trabalhadores* (A.I.T.).

E para resolver adequadamente essa questão, não é inútil, a meu ver:

1. definir sucintamente e da forma mais precisa possível o anarquismo e o anarcossindicalismo;
2. destacar suas características essenciais e determinar seus papéis respectivos;
3. demonstrar a identidade das suas finalidades;
4. determinar suas relações.

I. O que é o anarquismo revolucionário?

O Anarquismo Revolucionário é um movimento cuja doutrina visa instituir uma vida individual e coletiva da qual o Estado, o governo e a autoridade serão excluídos.

A base de tal sociedade é, indiscutivelmente, o homem. O Anarquismo é, portanto, a afirmação de uma *reivindicação social permanente*, no presente, e infinita para o futuro, em um progresso indefinido. Ele pressupõe a edificação de uma estrutura econômica, administrativa e social e deve defini-la desde já.

Estou convencido de que o Congresso não deixará de fazê-lo. Historicamente, o Anarquismo Revolucionário é o terceiro ramo do socialismo tradicional.

Ele é, em oposição aos outros dois ramos, *o Socialismo e o Comunismo* — ambos políticos, autoritários e estatistas —, apolítico, antiparlamentar e antiestatista.

Sua característica essencial é a liberdade, no âmbito da responsabilidade, tanto individual quanto coletiva.

Suas principais tarefas atualmente são: *a propaganda, a divulgação e a educação social das massas trabalhadoras, hoje; a administração social, amanhã*.

II. O que é o anarcossindicalismo?

O Anarcossindicalismo é um movimento *orgânico* e organizado. Sua doutrina provém do Anarquismo e sua forma de organização, do Sindicalismo Revolucionário.

É a expressão *atual*, no plano econômico e social, da doutrina anarquista.

É também, no campo revolucionário, como comprova a própria experiência espanhola, o agente essencial de sua realização.



Fig. 10 Cartaz da CNT alusivo a 19 de julho de 1936, data da resposta operária ao golpe militar na Espanha. É à "experiência espanhola" que Besnard recorre em 1937.

Cartaz de Ortega, Valência, 1936 (Comitê Nacional da CNT, Oficina de Informação e Propaganda). Wikimedia Commons.

Ele é representado mundialmente pela A.I.T. e suas Centrais Nacionais.

Sua doutrina foi definida pelo Congresso constitutivo da 2ª A.I.T. (25 a 31 de dezembro de 1922),[2] pelos congressos posteriores, pelas obras e pelos escritos de seus militantes.

A C.N.T. representa, na Espanha, o Anarcossindicalismo da A.I.T. Tanto na prática quanto historicamente, o Anarcossindica-

lismo é a forma orgânica que a Anarquia assume para lutar contra o capitalismo. Ele se opõe fundamentalmente ao sindicalismo político e reformista.

A substituição do conceito de classe pelo conceito de partido torna o Anarcossindicalismo uma necessidade para os trabalhadores, obrigados a defender suas condições de vida e a preparar sua emancipação econômica e social.

O movimento Anarcossindicalista permite conciliar a ação na luta reivindicativa cotidiana com as aspirações mais elevadas dos trabalhadores.

Ele realiza a união entre eles no duplo plano dos interesses materiais e morais, imediatos e futuros.

Ele faz surgir, a partir da comunidade de interesses, a identidade de objetivos e, por consequência lógica e natural, a concordância das doutrinas.

O Anarcossindicalismo, como toda doutrina verdadeiramente social, é essencialmente *experimental*.

Hoje, na Espanha, está comprovado que sua doutrina, consagrada e confirmada pelos fatos, é realizável imediatamente.

Experimental? Sim, como todos os movimentos sociais e todas as ciências.

Na sociologia, assim como na física, na química e na mecânica, *a ideia parte do fato para retornar ao fato*.

Sempre o fato precede a ideia e cria a doutrina, a filosofia, da qual surgirá a realização.

2. *N. E.* Assim no original francês (“25 au 31 décembre 1922”). O congresso constitutivo da AIT, realizado em Berlim, começou em 25 de dezembro de 1922 e terminou em 2 de janeiro de 1923.

A doutrina, a ideia, o desejo de novas pesquisas para alcançar o objetivo são consequências de fenômenos constatados, que dão origem a leis aceitas por todos e que a experiência consagra.

Constatações históricas

O que nos ensina, há séculos, a experiência social em todos os países e, particularmente, no mundo moderno?

1. Que os indivíduos, no seio de sua própria classe, se unem cada vez mais com base em seus interesses;
2. Que as classes antagônicas buscam, por meio da eliminação de suas próprias contradições, realizar seu interesse geral; *os capitalistas*, por meio da instauração do capitalismo de Estado, cuja expressão mais característica é o fascismo; *os trabalhadores*, por meio da expropriação do capital, da supressão do salariado, da abolição do Estado e da instauração do Comunismo Libertário;
3. Que os trabalhadores tentem, assim como seus adversários — infelizmente, seguindo os passos deles —, realizar a união e a síntese de todas as suas forças, porque compreenderam, finalmente, que as lutas decisivas que se desenrolam exigem, ao mesmo tempo: *a organização metódica, a coordenação, a ação maciça e ordenada dessas forças*; porque aprenderam a lição dos fatos e das experiências, que lhes indicam claramente que *a ação deve ser preparada, direta, geral e simultânea*;
4. Que a era das revoluções políticas chegou ao fim; que a hora da revolução social chegou, em toda parte; que nenhum partido ou agrupamento que não seja especificamente de classe, proletário, pode, devido à oposição dos interesses conflitantes de seus componentes heterogêneos, ser uma formação de combate revolucionária, uma organização de classe; que um patrão, mesmo que se declare socialista, comunista ou anarquista — o que de fato ocorre —, por mais que possa

concordar ideologicamente com *seu operário no contexto de um grupo* [político], não tem, na verdade, nenhum interesse de classe em comum com ele, *assim que ambos se encontram na fábrica, no canteiro de obras, na oficina, no escritório etc. Na vida real, eles são* e continuam sendo: um, um *patrão*; o outro, um *operário*, com todos os antagonismos que essas situações comportam;

5. Que a única organização verdadeiramente de classe, capaz, ao mesmo tempo, por seu número, seu poder e os meios de que dispõe — e que, sozinha, pode mobilizar —, de destruir o capitalismo e de realizar o comunismo libertário, é o *Sindicato*. É ele que já agrupa organicamente as forças manuais, técnicas e científicas — que reunirá ainda mais no futuro —, as quais garantem, em todos os momentos, a continuidade da vida social. O *Sindicato* é também a forma típica de agrupamento, a forma de associação livre e concreta que pode fornecer à sociedade comunista libertária as bases econômicas sólidas, indispensáveis à nova ordem que surgirá da revolução.

O anarquismo revolucionário e o anarcossindicalismo têm o mesmo objetivo

A Carta da A.I.T. extraiu, a partir de todas essas considerações históricas, uma concepção que é comum a todos os anarcossindicalistas do mundo. A C.N.T., em acordo com a F.A.I., está tentando, neste exato momento, concretizá-la.

Essa concepção não implica, de forma alguma, que o anarcossindicalismo — antiestatista e federalista, não nos esqueçamos disso — pretenda ser *tudo* e que, por *outra*, nada mais deva existir ao seu lado.

O anarcossindicalismo considera, ao contrário, que os homens, embora não possam deixar de produzir para viver, não devem ter como único objetivo a produção. Ele admite com toda

sinceridade, e não hesita em proclamá-lo, que o homem tem e deve ter outras aspirações — e as mais elevadas — em direção ao bem, o belo, o melhor, e isso em todos os domínios aos quais ele tem acesso com suas faculdades; que existam organismos administrativos e sociais adequados a todas as necessidades de uma vida plena, completa e total, funcionando com a colaboração esclarecida e sob o controle vigilante, constante e permanente de todos.

Ele admite indubitavelmente que os indivíduos têm o direito — ou melhor, o dever — de se autogovernar. Ele os convida formalmente a fazê-lo, já a partir de agora.

Da mesma forma, ele deseja ardentemente que as comunas se federem regionalmente, se confederem nacionalmente e que as confederações se associem internacionalmente, assim como os sindicatos e suas C.G.T.

Ele está até mesmo convencido de que isso é *indispensável* e está pronto para unir seus esforços e os de seus sindicatos aos esforços dos indivíduos em si mesmos, das comunas federadas, confederadas e associadas, a fim de realizar o *verdadeiro comunismo libertário*, que só pode ser obra do anarquismo. Aliás, declarei isso expressamente nesses livros, *Les Syndicats ouvriers et la révolution sociale* e *Le Monde nouveau*.

O acordo sobre a finalidade do comunismo libertário, entre os anarcossindicalistas e os anarcocomunistas, é necessariamente *completo, permanente e absoluto*.

Fica, portanto, claro e evidente que o lugar dos trabalhadores, dos explorados de todos os tipos, para os quais o anarcocomunismo é o ideal, só pode ser nos sindicatos anarcossindicalistas e em nenhum outro lugar.

Sua doutrina torna isso um dever imperioso, preciso e inevitável.

Aliás, esse é o melhor meio prático de concretizar a unidade de ação tão necessária ao movimento anarquista revolucionário moderno.

Somente na ação e por meio da ação é que os anarquistas recuperarão sua verdadeira *unidade de pensamento*; é que o movimento anarcossindicalista, desorientado há trinta anos, também recuperará seu equilíbrio e sua força; é que todos os anarquistas, finalmente, poderão considerar a revolução social como uma possibilidade próxima e uma realização possível.

O papel dos grupos anarquistas e dos sindicatos

O que foi exposto acima nos leva, de forma natural e lógica, a considerar o papel dos grupos anarquistas e dos sindicatos.

Os anarcossindicalistas reconhecem plenamente que os grupos anarcocomunistas, mais ágeis do que as organizações sindicais, *prospectam* as massas trabalhadoras; que buscam novos membros e formam militantes; que realizam uma propaganda ativa e um intenso trabalho de proselitismo, com o objetivo de atrair para si — e, consequentemente, para os sindicatos anarcossindicalistas — à causa da revolução social o maior número possível de trabalhadores que, até então, haviam sido enganados e iludidos por todos os partidos políticos, sem exceção.

Essa tarefa *puramente ideológica*, esse trabalho de propaganda de *caráter moral*, são, incontestavelmente, de competência dos grupos anarcocomunistas, desde que se identifiquem com o trabalho dos sindicatos anarcossindicalistas, que o complementem e o reforcem, para o bem maior do comunismo libertário.

Mas declaro categoricamente que *a responsabilidade pela decisão, pela ação e pelo controle destas deve pertencer, neste momento, aos sindicatos, agentes de execução e concretização das tarefas revolucionárias*.

Considero igualmente que cabe a esses sindicatos apresentar todas essas tarefas, *nos planos econômico, defensivo e ofensivo.*

Por fim, considero que o sistema econômico, administrativo e social deve ser homogêneo e harmônico, e que a base desse sistema, *para ser real, sólida e duradoura*, só pode ser econômica.

Reivindico *como um direito* dos sindicatos o cumprimento das tarefas econômicas revolucionárias e pós-revolucionárias, pois a *organização da produção é a verdadeira função dos trabalhadores*.

Por outro lado, é lógico que as comunas, órgãos administrativos, seus serviços técnicos e sociais se encarreguem de distribuir a produção; de interpretar os anseios das pessoas no plano social, de organizar a vida em todas as suas manifestações. *A partir de agora, os grupos anarquistas têm o dever de preparar essas realizações revolucionárias*.

A tarefa de cada um dos organismos é, portanto, extremamente clara, perfeitamente delimitada. Ela será amplamente suficiente para acolher, em todos os planos, a atividade e os esforços de todos, de acordo com as atribuições reais de cada um.

Em nenhum momento — e dou a mais formal garantia disso — os sindicatos anarcossindicalistas poderão constituir um obstáculo ao avanço do comunismo revolucionário.

Em nenhum momento, tampouco, eles poderão se tornar reformistas, porque são e continuarão sendo revolucionários, federalistas e antiestatistas, porque visam, em suma, assim como os grupos anarcocomunistas, instaurar o comunismo libertário.

Para concluir esta parte da minha exposição, afirmo:

1. Que o movimento anarcossindicalista não pode se desviar, devido ao *controle permanente e rigoroso* que se exerce sobre as organizações e os militantes;
2. Que o movimento anarcossindicalista esgota, *no plano atual*, no âmbito revolucionário, os meios de realização do comunismo libertário. Que cabe aos grupos anarcocomunistas, *no*

plano exclusivamente ideológico, levar a propaganda o mais longe possível;

3. Que o movimento anarcocomunista deve *se dedicar sobretudo às tarefas de propaganda e educação; de estudo e divulgação social*;

4. Que o *melhor contato permanente* que se possa estabelecer será, como na Espanha, por meio da adesão *sem restrições* de todos os anarcocomunistas, em todos os países, aos sindicatos anarcossindicalistas, encarregados da preparação e da execução da ação, únicos capazes de levá-la a bom termo, com efetivos e meios suficientes; que a doutrina experimental do anarcossindicalismo, que é a do próprio anarquismo, é suficientemente sólida e firme para não correr o risco de qualquer ataque, atenuação ou desvio.

5. Que o anarcocomunismo, verdadeira expressão do socialismo, surgiu da total fragilidade de todos os partidos políticos; que o anarcossindicalismo, forma moderna e ativa desse movimento, ele próprio proveniente do anarquismo, cumpre atualmente todas as tarefas positivas do anarcocomunismo e prepara os caminhos para o comunismo libertário, do qual será o principal agente de realização; que as tarefas do anarcocomunismo — assim como as do anarcossindicalismo — se esgotarão *no período pós-revolucionário*, quando os homens, por meio de sua evolução e do desenvolvimento de suas faculdades de compreensão, forem capazes de alcançar o comunismo livre, finalidade da anarquia...

Em resumo, o anarcossindicalismo é a força de luta necessária, no regime atual, para a realização econômica do comunismo libertário, no período pós-revolucionário.

O anarquismo apoia o movimento anarcossindicalista, sem se substituir a ele.

A atividade de seus militantes se confunde, nos sindicatos, com a dos militantes anarcossindicalistas.

Os dois movimentos devem, portanto, prestar-se ajuda mútua e permanente.

E, mais tarde, em paz, concórdia e harmonia, o anarquismo e o anarcossindicalismo, *fundidos em um mesmo movimento*, prosseguirão a realização do comunismo livre, objetivo supremo da anarquia.

A tarefa *mais urgente* do anarcossindicalismo hoje é organizar em seu seio os trabalhadores com vistas à luta decisiva contra o capitalismo; preparar tecnicamente essa luta, realizar a síntese das forças de produção para a construção revolucionária da ordem comunista libertária; e, *amanhã*, da organização econômica, e isso até a instauração do comunismo livre; defender, por fim, a revolução.

A missão do anarquismo revolucionário consiste em contribuir com todas as suas forças para a realização desses objetivos, por todos os meios de que dispõe.

Relações entre o anarquismo e o anarcossindicalismo

É evidente que devem existir relações entre o anarquismo e o anarcossindicalismo, tanto no plano *nacional quanto no internacional*. A A.I.T., aliás, já havia previsto essa possibilidade desde seu Congresso constitutivo.

Essas relações devem basear-se na independência e na autonomia recíproca dos dois movimentos e manter-se *no plano da mais perfeita igualdade*.

Além da interpenetração dos dois movimentos, por meio da ação de seus militantes, é desejável que, em cada localidade, cada região e cada país, sejam estabelecidos contatos entre as organizações anarquistas e anarcossindicalistas.

Para serem fecundas e duradouras, essas relações deverão assentar nas bases da tolerância mútua, facilitada por uma identi-

dade doutrinária em todos os planos e por uma compreensão exata das tarefas que incumbem aos dois movimentos.

Essas tarefas estão suficientemente definidas no presente relatório para não darem margem a confusões e sobreposições.

Mas essas relações só podem ser estabelecidas sob duas condições:

1. A unidade doutrinária dos anarquistas em cada país;
2. A unificação, também em cada país, dos grupos anarquistas, com base na doutrina única do anarquismo revolucionário.

Conclusões gerais

Por mais que o Congresso e a A.I.T. desejem concretizar esses relatórios na prática, eles não poderão alcançá-lo, como exigem os acontecimentos, se essas duas condições não forem previamente cumpridas pelos movimentos anarquistas em cada país.

Teria sido infinitamente preferível, e também conforme aos nossos princípios conhecidos, que são os do federalismo, que *essa unidade de doutrina e essa unificação das forças anarquistas* fossem realizadas antes da celebração do Congresso que deve dar origem à Internacional Anarquista.

Em nome dos anarcossindicalistas que alcançaram esse duplo objetivo por meio da constituição da atual A.I.T., desde 1922, peço veementemente a todos os nossos camaradas anarquistas revolucionários que nos sigam por esse caminho.

Se todos aceitarem, a Internacional que surgirá deste Congresso merecerá o título que certamente lhe darão e que só pode ser: A *Internacional Anarquista Revolucionária* — e insisto nisso —, eles alcançarão esse objetivo sem dificuldade.

Basta, mas é necessário, que todos aceitem romper definitivamente com as forças, supostamente democráticas, tanto políticas quanto sindicais; que afirmem que o anarquismo revolucionário,

por seus objetivos, seus meios de ação e sua doutrina, não tem nada e não pode ter nada em comum com essas forças ditas "democráticas", que são, em todos os países, as melhores servas do capitalismo.

Se, levando esse gesto até seu limite, o movimento anarquista revolucionário romper também com todas as dissidências dos partidos políticos autoritários que, assim como seus partidos originais, têm apenas um desejo: *tomar ou retomar o poder*, o movimento anarquista revolucionário e o movimento anarcossindicalista poderão caminhar sem medo e lado a lado em direção ao seu objetivo comum: a transformação social revolucionária por meio do estabelecimento do comunismo libertário, etapa necessária do comunismo livre.

Pierre Besnard
Secretário-geral da A.I.T.

III

RENÉ BERTHIER

SOBRE O CONGRESSO ANARQUISTA INTERNACIONAL DE 1937

2026

René Berthier
25 de junho de 2026 [1]

A Associação Internacional dos Trabalhadores, à qual a CNT estava afiliada, realizou em Paris um plenário extraordinário de 11 a 13 de junho de 1937, pouco depois dos dias de maio em Barcelona. O relatório apresentado por Besnard (publicado em *Le Combat syndicaliste* de 11 de junho de 1937), que criticava a CNT, foi aprovado pela maioria das seções da AIT presentes.[2] Descontente, a CNT escreveu em agosto ao secretariado da AIT pedindo a destituição de Pierre Besnard, questionando sua "capacidade mental" para assumir suas funções como secretário-geral.[3] A crise aberta resultou em um congresso extraordinário da AIT convocado em Paris, de 6 a 17 de dezembro de 1937, onde a CNT conseguiu a demissão de Besnard e sua substituição por Horacio Prieto (CNT). Besnard então tornou-se secretário adjunto ao lado de Rocca (CNT, Espanha), Helmut Rüdiger (FAUD, Alemanha) e Das Neves (CGTP, Portugal).

Foi durante esse congresso que Besnard apresentou um relatório que, pela primeira vez, fazia referência oficial ao anarcossindicalismo e o elevava ao status de doutrina.[4] Neste texto, intitulado "O anarcossindicalismo e o anarquismo. Tática e intervenção

1. *N. E.* O relatório de Pierre Besnard comentado neste texto está publicado nesta coletânea, a partir da p. 23. No original, o comentário remetia ao texto francês disponível em fr.anarchistlibraries.net.
2. Para mais detalhes, veja David Berry, "Solidarité internationale antifasciste: les anarchistes français et la guerre civile d'Espagne", books.openedition.org/pupvd/35617. David Berry mostra em seu estudo as divisões dentro do movimento anarquista francês entre União Anarquista, CGT-SR e Federação Anarquista Francesa sobre a questão do apoio aos libertários espanhóis.
3. Besnard tinha acusado a CNT de ter criado um "divórcio profundo entre as massas proletárias e os responsáveis que elas encarregaram da defesa dos seus interesses". (Ver os artigos "Atenção" e "Recuperação necessária" na *Espanha Antifascista*, CNT-FAI-AIT, nº 13, 21 de outubro de 1936, e nº 14, 24 de outubro de 1936.) David Berry, que cita as palavras de Besnard, escreve sobre o assunto: "A arrogância das acusações feitas e dos conselhos propostos pelo jornal levaram à sua supressão pela CNT em janeiro de 1937".

sindical", ele explica que o anarcossindicalismo tirava "sua doutrina do anarquismo e sua forma de organização do sindicalismo revolucionário".

Dez anos após a publicação da "Plataforma", Besnard se inscreve em uma linha de pensamento que visa fortalecer a organização e a eficácia do movimento anarquista. Ao evocar a necessidade de uma maior coesão e de uma ação coletiva, as reflexões que ele nos fornece em seu relatório de 1937 apresentam a contrapartida, vista do ponto de vista anarcossindicalista, das propostas da Plataforma, especialmente sobre a questão essencial das relações entre anarquismo e anarcossindicalismo, e um complemento útil às análises de Maximov. Besnard parecia esperar que o congresso resultasse na criação de uma Internacional Anarquista e que definisse seus relacionamentos com a Associação Internacional dos Trabalhadores. Para isso, Besnard se propõe a definir o anarquismo e o anarcossindicalismo, determinar seus papéis respectivos, mostrar a identidade de suas finalidades e definir suas relações. Esse relatório constitui, de certa forma, cerca de dez anos após a publicação da Plataforma de Archinov, o equivalente sindical desta.

"O anarcossindicalismo é um movimento orgânico e organizado"

Besnard foi muito ativo no movimento anarcossindicalista francês do final da Primeira Guerra Mundial até a Segunda Guerra Mundial. Secretário da CGT-SR, ele escreveu várias obras sobre a teoria e a prática do sindicalismo revolucionário, notadamente *Les syndicats ouvriers et la révolution sociale*[5]; *Le Monde nouve-*

4. *N. E.* O prefácio de A. Schapiro ao relatório está datado de 30 de maio de 1937, e Besnard o assina como secretário-geral da AIT, função que deixou em dezembro daquele ano. O texto foi, portanto, redigido antes do congresso extraordinário de dezembro; as edições em inglês o associam ao congresso da AIT realizado em Paris em junho de 1937.

5. *Os sindicatos operários e a revolução social*.

au[6]; e *L'Éthique du syndicalisme*.[7] Ele tentou modernizar o anarcossindicalismo e persuadir os anarquistas a apoiar os sindicatos anarcossindicalistas sem abrir mão de sua independência e autonomia. Ele buscava alcançar uma unidade ideológica entre os anarquistas, adotando uma posição um tanto semelhante à dos plataformistas. O interesse deste texto, ainda atual, é que ele estabelece de forma clara e precisa as modalidades de uma relação entre anarquismo e anarcossindicalismo.

Segundo Besnard, "o anarcossindicalismo é um movimento orgânico e organizado. Ele tira sua doutrina do Anarquismo e sua forma de organização do Sindicalismo Revolucionário"; o anarcossindicalismo é a forma orgânica que a Anarquia assume para lutar contra o capitalismo, combinando a ação para a luta reivindicatória diária e as aspirações mais elevadas dos trabalhadores. A experiência, segundo ele, mostra que "o único agrupamento realmente de classe, capaz, por seu número, sua força, os meios que possui – e pode, sozinho, fazer mover – de destruir o capitalismo e realizar o comunismo libertário, é o Sindicato. É ele que agrupa organicamente as forças manuais, técnicas e científicas". Besnard retoma assim a essência dos temas do sindicalismo revolucionário, mas acrescenta um ponto que define mais precisamente o anarcossindicalismo: o fim da neutralidade sindical e a oposição aos partidos políticos.

O relatório do congresso de 1937 precisa que o anarquismo revolucionário e o anarcossindicalismo têm uma mesma finalidade, definida pela carta da AIT de 1922, que delineou "uma concepção que é comum a todos os anarcossindicalistas do mundo.[8] A CNT, em acordo com a FAI, está tentando atualmente a realização disso". Essa concepção não implica que o anarcossindicalismo "pretende ser tudo e que nada mais deve existir ao seu lado".

---

6. *O mundo novo*.
7. *A ética do sindicalismo* (Paris: CGT-SR, 1938).

> "O anarcossindicalismo considera, ao contrário, que os homens, se não podem deixar de produzir para viver, não devem ter como único objetivo produzir. Ele admite muito sinceramente, e não hesita em proclamá-lo, que o homem tem e deve ter outras aspirações – e as mais altas – em direção ao bem, ao belo, ao melhor, e isso em todos os domínios onde ele tem acesso com suas faculdades; que organismos administrativos e sociais adequados a todas as necessidades de uma vida plena, inteira e total, funcionem com a contribuição esclarecida e sob o controle vigilante, constante e permanente de todos."

É assim que as comunas devem se federar regionalmente e se confederar nacionalmente, "e que as confederações se associem internacionalmente como os sindicatos e suas CGTs" para realizar o "verdadeiro comunismo libertário". Portanto, há um acordo completo entre os anarcossindicalistas e os anarcocomunistas sobre a finalidade do comunismo libertário. O lugar dos trabalhadores, dos explorados, "só pode ser nos sindicatos anarcossindicalistas e não em outro lugar". Besnard faz aqui um comentário curioso; ele diz que é somente pela ação que o movimento anarcossindicalista, "desviado há trinta anos" poderá recuperar "seu equilíbrio e sua força" e que os anarquistas encontrarão sua verdadeira unidade de pensamento.

Chegamos então ao que parece ser o verdadeiro objetivo do relatório apresentado por Pierre Besnard no congresso anarquis-

8. Instituto de Estudos Libertários, Entrevista 2 com René Berthier, 29 de janeiro de 2019: "Os textos fundadores da segunda A.I.T. não falam de anarcossindicalismo. De fato, os sindicalistas revolucionários que romperam com Moscou se viam como os verdadeiros sindicalistas revolucionários, não tinham motivos para mudar de nome. Especialmente porque a expressão 'anarcossindicalista' era inicialmente um insulto dirigido pelos comunistas e sindicalistas revolucionários pró-comunistas àqueles que se opunham à filiação à Internacional Sindical Vermelha. Levou vários anos para que a expressão se tornasse comum. O anarcossindicalismo como corrente existia, portanto, na prática no início da década de 1920, mas foi apenas entre 1925 e 1930 que o nome foi amplamente adotado, e não foi até 1937 que a expressão adquiriu um caráter 'oficial', em discurso de Pierre Besnard em um congresso anarquista internacional!" ielibertarios.wordpress.com.

ta internacional de 1937: o papel dos grupos anarquistas e dos sindicatos:

> "Os anarcossindicalistas admitem perfeitamente que os grupos anarcocomunistas, mais móveis do que as organizações sindicais, prospectem as massas trabalhadoras; que busquem seus membros e formem militantes; que realizem uma propaganda ativa e uma intensa obra de desbravamento, com o objetivo de levar a eles, e, consequentemente, aos sindicatos anarcossindicalistas, à causa da revolução social, o maior número possível de trabalhadores enganados e iludidos, até então, por todos os partidos políticos, sem exceção."

Trata-se, diz Besnard, de uma "tarefa puramente ideológica", de uma tarefa de propaganda, que é da responsabilidade dos grupos anarcocomunistas "com a condição expressa de que se identifiquem com o trabalho dos sindicatos anarcossindicalistas, que o completem e o reforcem, para o maior bem do comunismo libertário". Mas é bem especificado que "a responsabilidade pela decisão, pela ação e o controle delas deve atualmente pertencer aos sindicatos, agentes de execução e realização das tarefas revolucionárias". Da mesma forma, cabe aos sindicatos "apresentar todas essas tarefas, no plano econômico, defensivo e ofensivo". Por fim, cabe aos sindicatos "o cumprimento das tarefas econômicas revolucionárias e pós-revolucionárias porque a organização da produção é a verdadeira função dos trabalhadores".

Por outro lado, "é lógico que as comunas, órgãos administrativos, seus serviços técnicos e sociais tenham o cuidado de distribuir a produção; de interpretar os desejos dos homens no plano social, de organizar a vida em todas as suas manifestações. A partir de agora, os grupos anarquistas têm o dever de preparar essas realizações revolucionárias."

Besnard afirma a identidade dos objetivos das duas correntes. Interessante, em particular, é o capítulo intitulado "O papel dos grupos anarquistas e dos sindicatos", no qual escreve que

> "o anarcocomunismo, verdadeira expressão do socialismo, nasceu da total carência de todos os partidos políticos; que o anarcossindicalismo, forma moderna e ativa deste movimento, originado do anarquismo, preenche atualmente todas as tarefas positivas do anarcocomunismo e prepara os caminhos do comunismo libertário, do qual será o principal agente de realização; que as tarefas do anarcocomunismo – assim como as do anarcossindicalismo – se esgotarão no período pós-revolucionário, quando os homens, por sua evolução e desenvolvimento de suas faculdades de compreensão, serão capazes de acessar o comunismo livre, objetivo da anarquia."[9]

Besnard conclui sua exposição repetindo que "o movimento anarcocomunista deve se interessar sobretudo pelas tarefas de propaganda e educação; de estudo e de vulgarização social"; que "o anarquismo ajuda o movimento anarcossindicalista, sem se substituir a ele".

Por fim, Besnard aborda em seu relatório (que na verdade não é um relatório, mas uma declaração de princípios) as relações entre o anarquismo e o anarcossindicalismo – relações previstas desde o congresso constitutivo da AIT.

As relações entre os movimentos anarquistas e anarcossindicalistas devem ser baseadas na independência, autonomia e igualdade. É desejável estabelecer contatos entre essas organizações em diferentes níveis geográficos. Para que essas relações sejam frutíferas e duradouras, elas devem se basear em uma tolerância mútua, uma identidade de doutrina e uma compreensão clara das tarefas de cada movimento. Essas tarefas são claramente definidas para evitar qualquer confusão. No entanto, duas condições devem ser atendidas: a unidade de doutrina dos anarquistas em

9. Relatório de Pierre Besnard, secretário da AIT, no Congresso anarquista internacional de 1937, monde-nouveau.net/IMG/pdf/rapport_de_pierre_besnard_1937.pdf.

cada país e a unificação dos agrupamentos anarquistas em torno do anarquismo revolucionário.

As "conclusões gerais" da intervenção de Besnard retornam à ideia de uma Internacional anarquista: ele gostaria que a unidade de doutrina e a unificação das forças anarquistas tivessem sido realizadas antes da realização do congresso. Enquanto os anarcossindicalistas teriam alcançado esse objetivo em 1922 com a constituição da AIT, ele pede aos anarquistas revolucionários que façam o mesmo. Para isso, eles devem "romper definitivamente com as forças, supostamente democráticas, tanto políticas quanto sindicais; que afirmem que o anarquismo revolucionário, por seus objetivos, seus meios de ação e sua doutrina, não tem e não pode ter nada em comum com essas forças ditas 'democráticas' que são, em todos os países, os melhores servos do capitalismo". Parece-me difícil aqui afastar a ideia de que se trata de uma tomada de distância em relação à política de colaboração governamental da CNT-FAI, mesmo que as posições radicais defendidas pela CGT-SR em relação à política da CNT na Espanha contribuam grandemente para isolar esta no movimento libertário internacional.

Convencer os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical

Na verdade, Besnard busca convencer os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical, alinhando-se assim às tentativas feitas antes dele por Fernand Pelloutier e Amédée Dunois e outros.

De fato, houve vários exemplos de apelos urgentes de sindicalistas aos anarquistas para que se juntassem à luta sindical, o que não corresponde à tese de um sindicalismo revolucionário que seria uma estratégia do anarquismo, mas seria mais apropriado para designar o anarquismo como tática do sindicalismo. De fato, durante muito tempo, no final do século XIX e no início do século XX, muitos anarquistas eram hostis aos sindicatos e, em

várias ocasiões, os sindicalistas revolucionários os convidaram insistentemente a se juntar à luta dos trabalhadores.

Houve o apelo quase patético de Fernand Pelloutier, publicado em *Les Temps nouveaux* em 1895, no qual o militante anarquista tenta convencer os anarquistas que ainda não estão no movimento sindical de que têm todo o seu lugar: "Assim, escreve ele, por um lado, os 'sindicalistas' estão hoje em estado de ouvir, estudar e receber as doutrinas libertárias; por outro lado, os anarquistas não têm que temer, ao participar do movimento corporativo, serem obrigados a abdicar de sua independência". Esta última observação é absolutamente surpreendente. Pelloutier está dizendo aos anarquistas:

- Por um lado: venham para os sindicatos, estamos esperando por vocês, há um lugar para vocês, os sindicalistas estão dispostos a ouvi-los, vocês não terão muito esforço a fazer.
- E por outro lado, ele lhes diz: vocês podem vir para os sindicatos sem sujar as mãos, não colocarão em questão seus grandes princípios, seu ser íntimo não será afetado.

Deve-se também citar uma "Carta aos anarquistas", de Fernand Pelloutier, datada de 12 de dezembro de 1899.[10] Há um texto publicado em 1907, pouco antes do congresso anarquista internacional de Amsterdã, no qual Amédée Dunois chama os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical. Mas há outros, como aquele mencionado em um relatório policial datado de 6 de novembro de 1892. Este relatório menciona a "nova tática dos anarquistas na França": nos meios anarquistas circulava um texto convidando os militantes a se investirem no movimento sindical e estabelecer uma espécie de divisão do trabalho entre grupos específicos e sindicatos. O fato de que este documento antecipa o artigo de 1895 de Pelloutier e que data de novembro de 1892, nove

10. Fernand Pelloutier, "Lettre aux anarchistes", lesobscurs.com/2024/03/26/lire-la-lettre-aux-anarchistes-de-pelloutier.

meses após a fundação da Federação das Bolsas de Trabalho, da qual Pelloutier viria a ser o líder, não pode ser apenas uma coincidência: a hipótese de que foi o próprio Pelloutier quem redigiu este apelo não é extravagante.

Este documento, que circulou no movimento anarquista na época, tinha uma clareza que se destacava do jargão "antiautoritário" que caracterizava a literatura anarquista: ele antecipava em nove anos a "Carta aos anarquistas" de Pelloutier. Este documento afirma que é "indispensável entrar cada vez mais nos sindicatos e mostrar, pelos fatos, aos proletários, nossos irmãos, que os anarquistas não pretendem se misturar ao movimento para obedecer a um sentimento de vaidade ou interesse pessoal, mas sim para lutar com eles e por eles, no interesse da emancipação comum". É até mesmo proposto criar novos sindicatos ao lado dos que já existem, caso não seja possível entrar neles. Os redatores deste documento pareciam muito preocupados com a necessidade de "alertar constantemente os trabalhadores contra os socialistas autoritários que serão seus opressores de amanhã". Outro ponto importante: "não se deve esperar que os trabalhadores se tornem anarquistas para ir até eles (...), deve-se ir até eles precisamente para tentar, por todos os meios, trazê-los para nós". Finalmente, o texto chama os anarquistas a não se desencorajar se descobrirem entre os trabalhadores comportamentos contrários aos hábitos anarquistas, explicando que, "para convencer, é preciso primeiro saber se fazer ouvir, sem ideias preconcebidas e sem pretensões".

Este texto é notável por dois aspectos:

- Ele dá, como o negativo de uma foto, a imagem de um movimento anarquista que vive à parte da classe trabalhadora, que não tem nenhuma atividade, que deixou o movimento socialista se estabelecer sem reagir, que não realiza atividades contra o sistema capitalista; além disso, a recomendação de não esperar que os trabalhadores se tornem anarquistas

para se aproximar deles sugere que era precisamente esse tipo de atitude que era adotada no movimento anarquista, ou pelo menos em uma boa parte dele.

- Ele expõe de maneira detalhada uma estratégia de penetração dos anarquistas no movimento sindical, não apenas para fazer propaganda anarquista, mas para participar das lutas ao lado dos trabalhadores: "É muito útil ter uma participação ativa nas greves, assim como em todas as agitações operárias, recusando-se constantemente a aceitar qualquer situação de destaque. É necessário, em particular, ser sempre os primeiros na dor e no perigo."

Parece-me evidente que este texto foi redigido por um militante "de dentro" do movimento sindical, um militante que já estava ativo no movimento sindical e que conhecia bem o movimento operário. Portanto, vemos que os militantes da época histórica do sindicalismo revolucionário se preocupavam fortemente em estabelecer um "vetor social" e faziam grandes esforços para convencer os anarquistas – muitos dos quais estavam relutantes – a contribuir com isso.

Edilene Toledo, uma historiadora brasileira, revela que no Brasil também houve apelos aos anarquistas para que se juntassem às lutas do proletariado: ela cita um artigo de *A Voz do Trabalhador* datado de junho de 1913, no qual se pode ler:

> "Se não querem ficar isolados e impotentes, os anarquistas devem participar diretamente das lutas operárias, organizando as sociedades de resistência e orientando os trabalhadores em seus conflitos contra o Capital e o Estado. Caso contrário, outros virão se aproveitar da necessidade que os proletários têm de melhorar sua triste situação para afastá-los da verdadeira luta."


A VOZ DO TRABALHADOR

ORGAM DA CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRAZILEIRA

ANO VI — RIO DE JANEIRO — BRAZIL — 1 DE OUTUBRO DE 1913 — Ns. 39-40

O SEGUNDO CONGRESSO OPERARIO BRAZILEIRO

O SEU GRANDE EXITO — ASPÉTOS DE SUAS SESSÕES

1 — Mesa que presidiu a sessão de inauguração. 2 — Os congressistas presentes

3 — Os congressistas presentes á sessão de encerramento

4 — Mesa que presidiu a sessão de encerramento

Fig. 11 *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, Rio de Janeiro, 1° de outubro de 1913 (ano VI, n° 39–40), com fotografias das sessões do Segundo Congresso Operário Brasileiro.
Wikimedia Commons.

Notável semelhança com a situação na França. Isso lança uma nova luz sobre a questão: quem, o sindicalismo ou o anarquismo, é a "estratégia" do outro? Concluímos facilmente que entre 1892 e 1907 muitos anarquistas não estavam investidos no movimento sindical, como testemunha a primeira edição dos *Temps Nouveaux* (4-10 de maio de 1895), que dá o tom:

> "A emancipação humana não pode ser obra de qualquer legislação. Deve ser fruto da vontade individual. Basta que [os indivíduos] queiram ser livres para encontrar seguramente os meios para alcançá-lo."

É essa mesma atitude que será criticada trinta anos depois pelos autores da "Plataforma". Para a redação dos *Temps Nouveaux*, as lutas reivindicatórias ("corporativas", como se dizia) eram qualificadas de "insuficientes". No entanto, Pelloutier colaborou por um tempo com o jornal, introduzindo nele um pequeno sopro de ar sindicalista, pois Paul Delesalle o sucedeu, criando uma seção "O Movimento Operário" que perdurou. Amédée Dunois e Pierre Monatte substituíram então Delesalle. Até a guerra, o sindicalismo revolucionário permaneceu para o jornal o meio de luta por excelência da classe trabalhadora. A partir de 1908, outros relatórios policiais mostram que o movimento sindical havia, de certa forma, "saturado" de libertários...



Fig. 12 A redação do jornal *La Bataille syndicaliste* em 1911. Embaixo, à esquerda, Amédée Dunois; à direita, Pierre Monatte, os dois que sucederam Delesalle na seção operária dos *Temps Nouveaux*.

Reproduzida de George Andreytchine, "Revolutionary Syndicalism in France Still Alive", *One Big Union Monthly*, v. 2, n. 1, jan. 1920 (revolutionsnewsstand.com).

Sobre a situação do movimento anarquista e suas relações com o sindicalismo, nos deparamos com uma situação paradoxal:

- Por um lado, temos o relato de um congresso que ocorreu em agosto de 1913, que tentou tardiamente unificar os grupos anarquistas franceses em uma federação, e que constatou uma desafeição dos anarquistas pelo movimento sindical.
- Por outro lado, há um relatório policial, datado de 1908, afirmando que as vendas dos jornais anarquistas estão em queda

porque a maioria dos anarquistas entrou no movimento sindical!

- Finalmente, temos as declarações de um conhecido sindicalista revolucionário (mas que não tem simpatia pelos anarquistas) que constata a desafeição dos anarquistas em relação ao sindicato.

Estamos diante de um paradoxo baseado em várias fontes:

- As declarações feitas durante o congresso anarquista. Os *Temps Nouveaux* de 23 de agosto de 1913 fazem o balanço do congresso e reconhecem a necessidade de "se misturar aos sindicatos para semear sentimentos revolucionários e a ideia da greve geral expropriadora." Mas questiona-se se os anarquistas fizeram o que era necessário para se estabelecer no movimento sindical: "Por outro lado, como é evidente que, há algum tempo, a influência exercida por nossos camaradas sobre o movimento sindical diminuiu sensivelmente, tornou-se também necessário nos perguntarmos se sempre fizemos no sindicato o que deveríamos fazer."
- Um relatório policial datado de 1908 relaciona a queda das vendas do *Libertaire* ao fato de que "a totalidade ou quase de seus leitores agora são sindicalistas e não encontram mais o que os interesse neste jornal." Este relatório diz que "a situação do jornal 'Le Libertaire' é absolutamente desesperadora"; "...ele não responde mais a nenhuma necessidade; o tipo anarquista que representa praticamente não existe mais. Atualmente, quase todos os anarquistas são sindicalistas e antimilitaristas antes de tudo, e os jornais que representam essas concepções e métodos de ação não faltam e oferecem mais interesse do que o 'Libertaire' que, apesar de todos os seus esforços, não conseguiu se alinhar completamente." Este é um diagnóstico que revela com bastante precisão a situação do movimento anarquista da época.

O relatório continua: "Certamente, ainda há anarquistas não sindicalistas, mas não em número suficiente para sustentar um jornal, e precisamente para esses também o 'Libertaire' não apresenta mais interesse, tendo tentado demais fazer sindicalismo. Em resumo, ele é muito sindicalista para os anarquistas puros, e não o suficiente para os outros."

O relatório policial é pessimista sobre o futuro do jornal: "Sébastien Faure intervirá, sem dúvida, ainda para adiar seu desaparecimento definitivo, mas esse desaparecimento é fatal. Apenas *L'Anarchie*, apesar dos desentendimentos de seus redatores e sua falta quase absoluta de leitores, continua a ter uma boa situação financeira, graças a seus *recursos misteriosos*." (Eu enfatizo.) Não nos deteremos mais para saber em que consistem esses "recursos misteriosos".

- Alfred Rosmer, um militante que não pode ser suspeitado de simpatias pelo anarquismo, vê as coisas de outra maneira. Ele escreve na *L'Internationale* de 27 de setembro de 1912 que "a maior parte deles [os anarquistas] não está na CGT. Eles estão fora da CGT porque não são ou não podem ser sindicalistas." Em outras palavras: os anarquistas não são assalariados, portanto não estão sindicalizados.

Temos, portanto, por um lado, um relatório policial que diz, esquematicamente, que os anarquistas migraram em massa para o sindicalismo. Mas, por outro lado, temos duas declarações que sugerem o contrário. Então, em quem acreditar? No relator do congresso anarquista de 1913, que provavelmente não tem muito a ver com o movimento sindical? No relatório policial? No sindicalista revolucionário Rosmer, que tem pouca simpatia pelos anarquistas?

Quem está certo? O policial, ou o sindicalista revolucionário e o *Le Libertaire*? Na verdade, os três estão certos, desde que consideremos que o primeiro se coloca de um ponto de vista aritmético, enquanto Rosmer e o *Libertaire* se situam numa perspectiva

"sociológica". Eles não falam, na verdade, da mesma coisa. Quando o policial diz que as vendas da imprensa anarquista caíram, há toda razão para acreditar que ele tem as informações corretas para afirmar tal coisa.

Quando Rosmer diz em 1912 que a maioria dos anarquistas não está na CGT, ele fala dos anarquistas que, naquela época, são identificáveis como tais, aqueles que estão nos grupos específicos e cuja maioria não pode se sindicalizar – nesse ponto ele provavelmente está certo. Mas em sua fala, ele esquece a massa de anarquistas que aderiram à CGT, muitas vezes há muito tempo, e que não são mais identificáveis como anarquistas, mas como sindicalistas revolucionários. São esses mesmos anarquistas que não verão a necessidade de construir uma organização específica para defender a organização sindical contra as tentativas de controle dos partidos de esquerda.

E quando o *Libertaire* se pergunta durante o congresso de 1913 sobre a diminuição da influência dos anarquistas no movimento sindical, isso soa quase como um *mea culpa*. No entanto, os anarquistas ainda estão presentes, pois, apesar do congresso de Amiens que ofuscou o antimilitarismo, as resoluções antimilitaristas propostas pela iniciativa dos delegados anarquistas ainda recebem, até 1914, um número considerável de votos nos congressos.

O relatório do congresso feito pelos *Temps Nouveaux* em 23 de agosto de 1913, e os comentários que se seguem, discorrem longamente sobre a questão sindical. Lê-se que "é importante que os anarquistas se misturem aos sindicatos para semear sentimentos revolucionários e a ideia da greve geral expropriadora". É bem a hora de sugerir aos anarquistas que "se misturem aos sindicatos", enquanto o movimento específico havia abandonado o terreno sindical para a corrente reformista em ascensão, se retrancando atrás da atitude maximalista que pregava "a revolução ou nada" e deixando os anarcossindicalistas se virarem sozinhos com a luta cotidiana.

Após este congresso de 1913, que finalmente viu o estabelecimento de uma (relativa) coesão entre os anarquistas franceses, realizaram-se muitas conferências regionais. Notemos, no entanto, que a federação do Sudeste, que realizou seu congresso em Lyon, admitia todas as tendências – incluindo os individualistas – mas se opunha à ação sindical. A questão estava, portanto, longe de ser resolvida no movimento libertário.

Resta, no entanto, que o número total de militantes anarquistas deveria ser muito limitado (segundo Maitron,[11] cerca de 4000 em todas as tendências), e o número total de militantes anarquistas investidos na CGT ainda mais limitado – o que torna ainda mais admirável a influência que eles exerceram ali. Essa influência só pode ser compreendida por seu investimento extremo na ação, mas também, certamente, porque os militantes libertários no movimento sindical tinham ao seu redor uma "corrente" importante, feita de círculos concêntricos de simpatizantes, que eles influenciavam. É talvez a própria importância dessa "corrente" que fez com que os militantes libertários não acreditassem que deveria haver uma tendência organizada dentro da CGT, que não parecia, sem dúvida, necessária em um período ascendente, mas que, em um período de refluxo, teria permitido limitar a hemorragia de filiados, conservar posições (o "vetor social") e, mais tarde, lutar contra a infiltração das frações comunistas na CGT.

Durante uma troca de correspondência, em 12 de outubro de 2015, com Vincent Dubuc, responsável pelo site lapresseanarchiste.com, ele me informou que um inventário por departamento elaborado pela polícia no início de 1894 indicava 3005 anarquistas (França e departamentos da África do Norte, admiraremos a precisão do número). Esse número é sem dúvida lacunar, mas permite ter uma estimativa. Na mesma troca de correspondência, soube que um relatório policial indicava que o *Libertaire* ti-

11. Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France, des origines à 1914*, tomo 1, Paris, Éditions Maspero, 1975.

nha uma tiragem de mais ou menos 9.000 exemplares por semana em 1898 para 320/340 assinantes – o que sugere que as vendas militantes devem ter sido importantes.

No lado do sindicalismo revolucionário, *La Vie ouvrière*, fundada por Monatte em 1909 e que representava então a quintessência do sindicalismo revolucionário, tinha uma tiragem de 2000 exemplares. A *Voix du Peuple*, o semanário da CGT fundado em dezembro de 1900 e que Émile Pouget cuidou até 1908, mostraria um déficit de 8.000 francos em setembro de 1901; mediremos a magnitude desse déficit sabendo que o orçamento confederal na época era de cerca de 4.000 francos... A tiragem, inicialmente prevista para 12.000 exemplares, passou para 8.000 em 1901 e depois para 5.000 em 1902, com uma tiragem média de 4.780 exemplares, segundo Pouget. A queda da difusão só foi contida porque o congresso de Montpellier impôs aos sindicatos confederados a assinatura do jornal, que manteve uma tonalidade anarquista, para grande descontentamento da corrente reformista da Confederação.

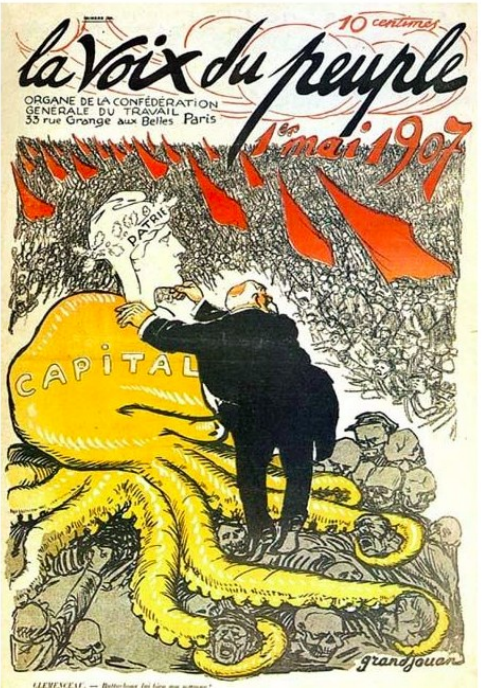


Fig. 13 *La Voix du Peuple*, órgão da CGT, 1º de maio de 1907. Litografia de Jules Grandjouan: diante de uma multidão com bandeiras vermelhas, Georges Clemenceau e um polvo, alegoria do capitalismo.
Wikimedia Commons, a partir de *Caricatures et Caricature* (caricaturesetcaricature.com).

Se nos limitarmos às tiragens dos jornais, e se admitirmos que essas tiragens permaneceram constantes durante dez anos, e sabendo também que o *Libertaire* não era o único jornal anarquista em circulação, constatamos que a corrente anarquista e a corrente sindicalista revolucionária tinham tiragens de ordem comparável. Mesmo que admitamos que um exemplar de *La Vie ouvrière* fosse lido por várias pessoas, isso dá uma ideia da relação numérica dos militantes sindicalistas revolucionários em relação aos 600.000 filiados da CGT.

Quando entramos um pouco mais a fundo nas questões e examinamos os fatos (os fatos reais, não os fatos "alternativos"), vemos, portanto, uma realidade em movimento, que pouco se encaixa nas ideias preconcebidas; uma realidade que corresponde pouco às declarações peremptórias. Assim, saber se o sindicalismo revolucionário é uma "estratégia" do anarquismo não tem mais importância. Compreendemos apenas que o sindicalismo revolucionário e o anarquismo têm uma história entrelaçada, cujas peripécias se cruzam, feita de atração e repulsão.

Às vésperas da guerra, os dias gloriosos do sindicalismo revolucionário estavam há vários anos no passado. A CGT havia sofrido uma sequência dramática de fracassos, incluindo a greve dos ferroviários de 1910 e a greve dos motoristas de táxi de Paris de 1911-1912. O número de filiados da Confederação caiu de 700.000 para 300.000 entre 1912 e 1914. A força emergente agora é a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) – em outras palavras, o Partido Socialista, cujo número de filiados triplicou desde sua criação em 1905. A unificação do movimento socialista criou um novo polo de identificação para a classe trabalhadora.



Fig. 14 Ferroviários do Sindicato de Paris-P.O. (Paris–Orléans), da Federação Nacional dos Trabalhadores das Estradas de Ferro, reunidos com sua bandeira durante a greve de 1910, um dos fracassos que Berthier aponta na CGT de antes da guerra.

Fotografia de 1910.

APÊNDICE

SIGLAS

AIT

Associação Internacional dos Trabalhadores, internacional anarcossindicalista fundada em Berlim no congresso iniciado em dezembro de 1922.

CDS

Comitê de Defesa Sindicalista, formado pela minoria sindicalista revolucionária da CGT-U a partir de 1922.

CGT

Confederação Geral do Trabalho (*Confédération générale du travail*), França, fundada em 1895.

CGT-SR

Confederação Geral do Trabalho – Sindicalista Revolucionária, fundada em Lyon em 1º e 2 de novembro de 1926; seção francesa da AIT até 1939.

CGT-U

Confederação Geral do Trabalho Unitária, nascida da cisão de 1921 na CGT, com congresso constitutivo em Saint-Étienne (1922); reunificada com a CGT em 1936.

CGTP

Confederação Geral do Trabalho, Portugal; seção portuguesa da AIT (não confundir com a CGTP-IN, fundada em 1970).

CNT

Confederación Nacional del Trabajo, Espanha, fundada em 1910.

CSR
Comitês Sindicalistas Revolucionários, tendência organizada da minoria da CGT entre 1919 e 1921.

FAI
Federación Anarquista Ibérica, fundada em 1927.

FAUD
Freie Arbeiter-Union Deutschlands (União Livre dos Trabalhadores da Alemanha), seção alemã da AIT.

SFIO
Seção Francesa da Internacional Operária (*Section française de l'Internationale ouvrière*), o Partido Socialista francês, fundado em 1905.

ORIGEM DOS TEXTOS

A Carta de Lyon. "Carta do sindicalismo revolucionário, dita de Lyon", adotada no congresso constitutivo da CGT-SR (Lyon, 1º e 2 de novembro de 1926), traduzida na íntegra a partir da brochura *Textes fondateurs de la CNT*, da CNT francesa, que também traz o primeiro parágrafo da nota editorial e o esquema da Fig. 2; o texto francês está ainda nos sites da CNT-F (archives.cnt-f.org) e da CNT-SO (auvergne.cnt-so.org). A apresentação de J.C. saiu em *Le Monde libertaire*, nº *55*, dezembro de 1959, Federação Anarquista, acompanhando excertos da Carta. Traduções de Antony Devalle. O segundo parágrafo da nota editorial é do Arquivo Lucy Parsons.

O anarcossindicalismo e o anarquismo. Pierre Besnard, *L'anarcho-syndicalisme et l'anarchisme*, relatório ao Congresso Anarquista Internacional de 1937, com prefácio de A. Schapiro datado de 30 de maio de 1937. Tradução do Coletivo de Tradução do Instituto de Estudos Libertários (IEL), 2026.

Sobre o Congresso Anarquista Internacional de 1937. René Berthier, publicado em português sob o pseudônimo Eric Vilain no blog *Monde Nouveau* (monde-nouveau.net/rechArt.php?art=934), em 25 de junho de 2026. Texto escrito em português pelo autor, reproduzido com sua autorização a partir da versão em PDF disponível na mesma página.

Este livro foi composto em Libre Baskerville e Special Elite e publicado em Fortaleza, em novembro de 2026, no centenário do congresso de Lyon que fundou a Confederação Geral do Trabalho – Sindicalista Revolucionária (1º e 2 de novembro de 1926).

EDITORA ACRATA

Arquivo Lucy Parsons